

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A **ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA-APPA** E **JNS SEGURADORA S.A**, TENDO COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA EMISSÃO DE APÓLICE (S) DE SEGURO GARANTIA (FACILITY), VISANDO A COBERTURA DE AÇÕES JUDICIAIS (DEPOSITADAS, A DEPOSITAR E/OU BENS PENHORADOS) DE NATUREZA FISCAL, TENDO COMO TOMADOR A ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA, CONFORME INFORMAÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXOS E DEMAIS ELEMENTOS DO EDITAL.

Aos 23 dias do mês de setembro de 2021, a **ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA-APPA**, constituída sob a forma de empresa pública, vinculada à **SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**, estabelecida em Paranaguá - PR, Avenida Ayrton Senna da Silva, nº 161, Bairro Dom Pedro II, inscrita no CNPJ/MF nº 79.621.439/0001-91, representada neste ato pelo **Diretor Presidente LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA**, Cédula de Identidade nº 44.332.331-8/SP e CPF/MF nº 329.602.648-78, decorrente do **Processo Administrativo protocolo nº 17.757.325-6, Pregão Eletrônico nº. 969/2021-APPA**, devidamente homologado pelo Diretor Presidente da APPA, em 20 de setembro de 2021, doravante denominada **CONTRATANTE**, e **JNS SEGURADORA S.A**, estabelecida em Curitiba-PR, Alameda Dom Pedro II, Nº 21, Bairro Batel, CEP: 80.420-060, Fone: (41) 3269-8009, inscrita no CNPJ/MF nº 30.862.594/0001-00, representada neste ato pelo Srs. **JORGE NACLI NETO**, Cédula de Identidade nº. 725.032-0 e CPF nº 185.421.909-04, e **RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO**, RNE: V319427-E e CPF nº. 057.278.867-32, doravante denominada de **CONTRATADA** ajustam entre si o presente Contrato, o qual reger-se-á pelas normas da Leis Federais ns. 13.303/2016, do Regulamento de Licitações e Contratos da APPA, do Código de Ética da APPA, das legislações pertinentes e seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contrato, a contratação de empresa seguradora para emissão de apólice (s) de seguro garantia (Facility), visando a cobertura de ações judiciais (depositadas, a depositar e/ou bens penhorados) de natureza Fiscal, tendo como Tomador a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, conforme informações e especificações contidas no Termo de referência, anexos e demais elementos do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. Fazem parte deste Contrato, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 969/2021-APPA, incluindo seus Anexos, a Proposta da **CONTRATADA** datada de 01 de setembro de 2021, bem como seus anexos, e demais elementos constantes do processo administrativo nº 17.757.325-6 e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME EXECUÇÃO

3.1. A execução do objeto deste contrato será realizada nos termos e especificações contidas no Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Eletrônico nº 969/2021-APPA e demais elementos contidos no processo administrativo nº 17.757.325-6 e seus anexos.

3.1.1. Os documentos referidos na presente cláusula são considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definir sua intenção e, desta forma, reger sua execução dentro do mais alto padrão da técnica atual.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CLÁUSULA QUARTA DO PREÇO

- 4.1. A CONTRATADA receberá pela execução total do objeto deste Contrato a importância de R\$ 687.645,00 (Seiscentos e oitenta e sete mil, seiscentos e quarenta e cinco reais).
- 4.2. No preço contratado, estão incluídas todas as despesas decorrentes de licenças, taxas de qualquer natureza e impostos, assim como fretes, embalagens, mão de obra, despesas de ordem trabalhistas, previdenciárias e outras que sejam necessárias a perfeita execução deste contrato.
- 4.3. Todas e quaisquer obrigações fiscais ou trabalhistas, sejam federais, estaduais e/ou municipais que incidam ou venham a incidir sobre este contrato, na sua aplicação ou nos serviços correspondentes, constituem ônus exclusivo da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA DO REAJUSTE

- 5.1. Os preços contratados poderão ser reajustados ao final de cada período de 12 (doze) meses, o primeiro contado a partir da data de apresentação da proposta, aplicando-se a variação ocorrida no Índice IPCA no período.
- 5.1.1. Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado outro índice oficial que venha a substituí-lo ou, na ausência de substituí-lo, pela média simples dos principais índices econômicos que apuram a inflação anual acumulada, nos termos legais e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 5.1.2. O reajuste só será liberado mediante solicitação expressa da CONTRATADA.
- 5.1.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 5.1.4. Caso a proposta tenha sido apresentada há mais de 12 (doze) meses da data de assinatura do contrato, o primeiro reajuste poderá ocorrer no primeiro mês da vigência contratual.

CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento do prêmio será à vista, em parcela única, em até 30 (trinta) dias a contar da entrega da apólice e apresentação da nota fiscal/fatura ou recibo emitida pela contratada, conferida e certificada pelos fiscais do contrato.
- 6.1.1. O pagamento do valor do objeto será efetuado mediante a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura eletrônica, através de crédito em conta corrente bancária em até 30 (trinta) dias da emissão, recebimento, aceitação e certificação da Nota Fiscal/Fatura Eletrônica emitida pela contratada.
- 6.1.2. Constatando-se irregularidades na documentação apresentada pela CONTRATADA, a CONTRATANTE devolverá a fatura para as devidas correções.
- 6.1.3. Ocorrendo a devolução da fatura, considerar-se-á como não apresentada para efeitos de pagamento e atendimento às condições contratuais.
- 6.1.4. O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.
- 6.1.5. Os pagamentos serão realizados de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência.
- 6.1.6. Se o contratado, no momento de receber o pagamento, estiver em atraso com a prestação dos serviço(s) contratado(s), a APPA poderá reter os pagamentos sem qualquer ônus.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 6.1.7. O descumprimento das condições do item acima acarretará a postergação do pagamento por tantos dias quantos corresponderem ao atraso.
- 6.1.8. A APPA não fica obrigada, de qualquer forma, a pagar qualquer aumento de preço que provenha de atraso nos prazos programados, por culpa do contratado.
- 6.1.9. A criação, extinção ou alteração de tributos ou encargos legais após a assinatura do contrato de comprovada repercussão sobre os preços contratuais, poderão resultar em acréscimo ou diminuição dos preços, conforme cada caso.
- 6.1.10. Os documentos de cobrança apresentados pelo contratado serão pagos deduzidas as importâncias que, a qualquer título, sejam devidas à APPA por aquele.
- 6.1.11. O preço por item e/ou global contidos na Proposta de Preços do contratado são finais, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluído nos mesmos o pagamento de todas as despesas diretas e indiretas oriundas da execução dos serviços, sejam elas provenientes da remuneração dos serviços dos profissionais, encargos trabalhistas e previdenciários, impostos, taxas e contribuições, insumos, deslocamento, diárias, estadas, despesas com viagem e locomoção, transportes, fretes, aluguéis, materiais e equipamentos, enfim, qualquer despesa relativa a esta contratação, não cabendo qualquer outra.
- 6.1.12. Os pagamentos poderão ser suspensos por inadimplemento contratual ou infração legal, uma vez comunicado ao contratado, até que este cumpra integralmente a condição contratual ou legal infringida.
- 6.1.13. Em caso de mora da contratante na realização do pagamento, incidirá correção monetária com base nos índices oficiais de inflação, a ser calculada entre a data do vencimento da obrigação e a data em que ocorrer o efetivo pagamento, em consonância com a Lei Federal nº 13.303/16, e no Regulamento de Licitações e Contratos da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA.
- 6.1.14. Para os fins de processamento do pagamento, a empresa deverá apresentar Certidão Negativa de Débitos Tributários – CND da Fazenda Pública Estadual, Federal, Municipal, INSS, FGTS e CNDT.

CLÁUSULA SÉTIMA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 7.1. O recurso financeiro para atendimento ao disposto na Cláusula Primeira será por meio da Dotação Orçamentária nº 7781.333.903.

CLÁUSULA OITAVA DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA

- 8.1. O prazo para execução dos serviços será de 2 (dois) anos, admitida a renovação nos termos do RILC da APPA e Lei 13.303/2016. O prazo vigência de cobertura do seguro vigorará até a extinção das obrigações do tomador CONTRATANTE, limitado à duração de vigência das apólices.
- 8.2. A vigência do contrato terá início a partir da assinatura do contrato pela CONTRATADA, e perdurará até 180 (cento e oitenta) dias após findo o prazo estabelecido para a execução dos serviços conforme previsto nos itens acima.

CLÁUSULA NONA DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 9.1. Executado o contrato o seu objeto será recebido, conforme estabelecido no Termo de Referência na seguinte forma:
- 9.1.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material / serviços com as especificações contratuais, por intermédio do responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, com duração máxima de 90 (noventa) dias.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 9.1.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação e a verificação da qualidade, quantidade e conformidade do material com a proposta, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.
- 9.2. Os responsáveis pelo recebimento deverão lavrar termo de notificação anterior ao termo de recebimento provisório ou definitivo sempre que os produtos/materiais e/ou serviços não apresentarem condições de aceitação. O termo de notificação deverá caracterizar os vícios, defeitos e incorreções constatados e determinar prazo para saneamento.
- 9.3. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- 9.4. Decorrido o prazo fixado, os responsáveis procederão nova verificação objetivando o recebimento, que somente será lavrado quando os produtos apresentarem perfeitas condições.
- 9.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pelo objeto, bem como não a exime da responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 9.6. Os termos de recebimento constituem atos administrativos anuláveis nas hipóteses de erro ou ignorância, dolo, coação, simulação, fraude, incapacidade dos agentes públicos, impossibilidade jurídica ou ilicitude.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. As obrigações da CONTRATANTE são aquelas previstas no Edital, no Termo de Referência, no Regulamento de Licitações e Contratos da APPA e no Processo Administrativo e seus anexos, bem como as dispostas abaixo.
- 10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 10.3. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste contrato e no Edital.
- 10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, na forma disposta neste contrato.
- 10.5. Aplicar à CONTRATADA as penalidades legais e contratuais.
- 10.6. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 10.7. Permitir o acesso dos funcionários da CONTRATADA para fornecimento dos produtos, desde que devidamente identificados, bem como munidos dos respectivos EPI's e com o Certificado de Participação da Integração.
- 10.8. Realizar a Integração dos funcionários da CONTRATADA de modo a cumprir as normativas relativas à Segurança e Saúde do Trabalhador.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 10.9.** Comunicar oficialmente a CONTRATADA quaisquer falhas ocorridas em relação ao objeto do contrato, determinando o prazo para sua correção.
- 10.10.** Recusar os produtos que forem apresentados em desacordo com as normas técnicas específicas.
- 10.11.** Promover a publicação do extrato do presente contrato e de seus eventuais aditamentos no Diário Oficial do Estado do Paraná e em sítio eletrônico da CONTRATANTE, até o décimo dia útil do mês subsequente à contratação.
- 10.12.** A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1.** As obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no Edital, no Termo de Referência, no Regulamento de Licitações e Contratos da APPA e no Processo Administrativo e seus anexos, bem como as dispostas abaixo.
- 11.2.** Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório;
- 11.3.** Emitir apólice (s) em nome da CONTRATANTE, no prazo estipulado, contados da solicitação da CONTRATANTE.
- 11.4.** Assegurar a cobertura contratada durante a vigência da apólice.
- 11.5.** Assegurar que a cobertura de vigência da apólice esteja vinculada ao prazo dos objetos segurados, respeitando a limitação imposta pelos resseguradores quanto ao prazo máximo de vigência das apólices.
- 11.6.** Sempre que exigido, garantir que a apólice emitida venha acompanhada de estatuto e das atas de eleição de seus administradores devidamente registrada nos órgãos competentes, demonstrando os poderes legais dos signatários da apólice.
- 11.7.** Assegurar que as apólices emitidas estão devidamente resseguradas, quando for o caso.
- 11.8.** Arcar com todos os custos que incidam direta ou indiretamente sobre os itens ofertados na licitação.
- 11.9.** Arcar com qualquer prejuízo causado à Administração ou a terceiros por seus empregados durante a execução do objeto.
- 11.10.** Fornecimento de todo o material, mão de obra, ferramentas, insumos e EPI's necessários para a execução do contrato, obedecendo as especificações contidas no Edital, no Termo de Referência e no Processo Administrativo.
- 11.11.** Manter firme sua proposta durante o seu prazo de validade.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 11.12.** Entregar os produtos objetos do presente contrato nas especificações contidas no Termo de Referência e demais elementos que integram o Processo Administrativo.
- 11.13.** Ser responsável em relação aos seus empregados por todas as despesas decorrentes da execução do objeto desta licitação, tais como, mas não exclusivamente:
- 11.13.1. salários;
 - 11.13.2. seguros de acidentes;
 - 11.13.3. taxas, impostos e contribuições;
 - 11.13.4. indenizações;
 - 11.13.5. vales refeição;
 - 11.13.6. vales transporte;
 - 11.13.7. seguro e assistência médica quando estabelecida na Convenção Coletiva do Trabalho;
 - 11.13.8. outras que por ventura venham a ser exigidas pelo Governo ou Convenção Coletiva de Trabalho.
- 11.14.** Apresentar os documentos fiscais dos produtos fornecidos em conformidade com a legislação vigente.
- 11.15.** Manter durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e Termo de Referência, inclusive de apresentar, ao setor de liberação de faturas e como condição de pagamento, os documentos necessários.
- 11.16.** Corrigir eventuais falhas no cumprimento de suas obrigações no prazo estabelecido pelo fiscal do contrato.
- 11.17.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os itens em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto.
- 11.18.** Comunicar imediatamente à fiscalização do Contrato qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, que atente contra o adequado cumprimento deste contrato, para que sejam adotadas as providências necessárias.
- 11.19.** Atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato.
- 11.20.** Responsabilizar-se por quaisquer danos causados no patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros devido à incorreta execução do objeto.
- 11.21.** Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da execução do objeto.
- 11.22.** Nomear, em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, um responsável/preposto pelo contrato e um substituto para esse preposto, com a missão de garantir a adequada execução do contrato, fornecendo os necessários meios de comunicação com os mesmos.
- 11.23.** Fornecer à CONTRATANTE, no mínimo, um número de telefone fixo, um número de telefone móvel e um endereço de e-mail, objetivando a comunicação rápida no que se refere à execução do presente contrato.
- 11.24.** Apresentar sempre que solicitado pela CONTRATANTE, os comprovantes de pagamento dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 11.25. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite imposto pela Lei 13.303/16, de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato nas obras, serviços ou compras e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.
- 11.26. Executar o objeto dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Termo de Referência e seus Anexos, devendo ser imediatamente refeitos aqueles que a juízo da CONTRATANTE, não forem julgados em condições satisfatórias, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado, ainda que em decorrência se torne necessário ampliar o horário da prestação de serviços ou prorrogar o prazo de execução do contrato.
- 11.27. Executar diretamente o Contrato, sem subcontratações ou transferência de responsabilidades, salvo quando devidamente justificado e após expressa e formal autorização da CONTRATANTE;
- 11.28. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito do objeto.
- 11.29. Comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pela CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
- 11.30. Observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade pertinente e que envolva toda e qualquer parte da execução do objeto.
- 11.31. Cumprir com todas as obrigações elencadas no Edital, no Termo de Referência e nos demais documentos que integram o Processo Administrativo.
- 11.32. Cumprir e fazer cumprir todos os termos do Código de Ética e Disciplina da CONTRATANTE.
- 11.33. Comparecer pessoalmente à sede administrativa da CONTRATANTE para assinatura de contratos e eventuais aditivos contratuais, quando solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA FISCALIZAÇÃO

- 12.1. Os serviços ora contratados serão fiscalizados e acompanhados por um fiscal designado pela APPA, o qual terá a seu encargo:
- 12.1.1. Assegurar-se, que a contratação a ser procedida atenda ao interesse da APPA, sobretudo quanto aos valores praticados, informando de imediato eventual desvantagem percebida;
- 12.1.2. Zelar pelos demais atos relativos ao cumprimento das obrigações contratualmente assumidas, e também, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo;
- 12.1.3. Comunicar, oficialmente, à APPA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave cometida pela **CONTRATADA**;
- 12.1.4. Atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela **CONTRATADA**, a efetiva realização dos serviços;
- 12.1.5. Encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento.
- 12.2. A fiscalização será exercida no interesse da APPA e não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
- 12.3. A fiscalização do Contrato verificará se a **CONTRATADA** está executando o objeto do presente de acordo com as exigências do Edital e seus Anexos, devendo observar:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 12.3.1. Estando sua execução em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato e enviados ao setor responsável para o devido pagamento;
- 12.3.2. Em caso de não conformidade, será lavrado Termo Circunstanciado de Recusa, que será encaminhado a **CONTRATADA** para adoção das providências que se fizerem necessárias.
- 12.4. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**
- 12.5. A **CONTRATANTE** se reserva o direito de rejeitar o objeto, se em desacordo com os termos do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DAS PENALIDADES

- 13.1. O não cumprimento das obrigações contratuais ensejará a aplicação das seguintes penalidades administrativas:
- 13.1.1. Das sanções:
- 13.1.1.1. Advertência;
- 13.1.1.2. Multa;
- 13.1.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos e
- 13.1.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.
- 13.1.1.4.1. As sanções previstas nas alíneas 13.1.1.1, 13.1.1.3 do item anterior poderão ser aplicadas ao contratado, cumulativamente com a multa.
- 13.1.1.4.2. A multa, de 1% (um por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do faturamento mensal, será aplicada por atraso injustificado na execução dos contratos de prestação de serviços continuados.
- 13.1.1.4.3. A multa, de 0,1% (zero virgula um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, será aplicada no caso de inexecução total ou parcial do contrato.
- 13.1.1.4.4. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos, será aplicada a participante que:
- 13.1.1.5. Recusar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato e/ou a ata de registro de preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;
- 13.1.1.6. Não mantiver sua proposta;
- 13.1.1.7. Abandonar a execução do contrato;
- 13.1.1.8. Incorrer em inexecução contratual.
- 13.1.1.9. A declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicada a quem:
- 13.1.1.9.1. Fizer declaração falsa na fase de habilitação;
- 13.1.1.9.2. Apresentar documento falso;
- 13.1.1.9.3. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
- 13.1.1.9.4. Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- 13.1.1.9.5. Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
- 13.1.1.9.6. Tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 13.1.1.9.7. Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal nº 8159/91;
- 13.1.1.9.8. Tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.
- 13.1.1.10. A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, bem como a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 13.1.1.11. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade:
- 13.1.1.11.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- 13.1.1.11.2. As pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no inciso anterior.
- 13.2.** Todas as penalidades descritas neste contrato somente serão efetivamente aplicadas após instauração de regular processo administrativo com o exercício da ampla defesa e o cumprimento do princípio constitucional do contraditório.
- 13.3.** Após decisão definitiva proferida no processo administrativo, as multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta da CONTRATANTE no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, sob pena de seu valor ser descontado da garantia do contrato ou do documento de cobrança, na ocasião do pagamento, podendo, ainda, ser exigida judicialmente.
- 13.4.** Nos casos não previstos neste contrato e no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observados, de forma subsidiária, as disposições da Lei Estadual nº 15608/2007 e Lei nº 8666/1993.
- 13.5.** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no cadastro de licitantes do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO

- 14.1.** A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis.
- 14.2.** Constituem motivo para rescisão do contrato:
- 14.2.1. o não-cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- 14.2.2. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- 14.2.3. a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATADA a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- 14.2.4. o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- 14.2.5. a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- 14.2.6. a alteração subjetiva da execução da CONTRATADA, mediante:
- 14.2.6.1. a subcontratação parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- 14.2.6.2. a fusão, cisão, incorporação, ou associação da CONTRATADA com outrem, não admitidas no edital e no contrato;

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 14.2.7. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
 - 14.2.8. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;
 - 14.2.9. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - 14.2.10. a dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA;
 - 14.2.11. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
 - 14.2.12. as razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
 - 14.2.13. a supressão unilateral, por parte da CONTRATANTE, de compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido pela Lei n. 13.303/16;
 - 14.2.14. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
 - 14.2.15. o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes do fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
 - 14.2.16. a não liberação, por parte da CONTRATANTE, de área, local ou objeto para o recebimento do objeto/produtos nos prazos contratuais;
 - 14.2.17. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
 - 14.2.18. a falta de integralização da garantia, se exigido, nos prazos estipulados;
 - 14.2.19. o descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
 - 14.2.20. a superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração;
 - 14.2.21. o perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
 - 14.2.22. ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública; ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.
- 14.3.** A rescisão do contrato poderá ser:
- 14.3.1. por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 14.3.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;
- 14.3.3. judicial, nos termos da legislação.
- 14.4.** A rescisão por ato unilateral a que se refere o subitem 14.3.1, poderá ser suscitada pela CONTRATANTE, nos casos enumerados nos subitens 14.2.1 a 14.2.12 e 14.2.17 a 14.2.20, podendo ser suscitada pela CONTRATADA nos casos enumerados nos itens 14.2.13 a 14.2.16, devendo a mesma ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada, ressalvado o direito ao contraditório e ampla defesa.
- 14.5.** Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do contratado terá este ainda direito a:
- 14.5.1. devolução da garantia;
- 14.5.2. pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- 14.5.3. pagamento do custo da desmobilização.
- 14.6.** A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei, neste Contrato ou no Regulamento de Licitações e Contratos da APPA:
- 14.6.1. assunção imediata do objeto contratado, pela CONTRATANTE, no estado e local em que se encontrar;
- 14.6.2. execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela CONTRATANTE;
- 16.7.** Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

- 15.1.** Este Contrato poderá ser alterado na forma do disposto no art. 81 da Lei n. 13.303/16 e no Regulamento de Licitações e Contratos da APPA, sempre por meio de Termo Aditivo.
- 15.2.** É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – MATRIZ DE RISCOS

- 16.1.** Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Matriz de Risco, se exigida e constante do Termo de Referência, a CONTRATADA deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar a CONTRATANTE sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:
- 16.1.1. detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- 16.1.2. as medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- 16.1.3. as medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- 16.1.4. as obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento;
- 16.1.5. outras informações relevantes.
- 16.2.** A CONTRATANTE decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais à CONTRATADA. Em sua decisão, a CONTRATANTE poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo subitem 11.1.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 16.2.1. A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula Décima Primeira.
- 16.3.** O reconhecimento pela CONTRATANTE dos eventos descritos na Matriz de Riscos deste Contrato que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a CONTRATADA, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.
- 16.4.** As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em até 10 (dez) dias, contados da data da ocorrência do evento.
- 16.4.1. as partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido;
- 16.4.2. as partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior;
- 16.4.3. avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro, se houver;
- 16.4.4. o Contrato poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do contrato se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa;
- 16.4.5. as partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior;
- 16.5.** Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, não previstos na Matriz de Riscos, serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato.
- 16.6.** A Matriz de Risco consta no Item nº 20 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA ANTICORRUPÇÃO

- 17.1.** Para a execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma que não relacionada a este Contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA DOS CASOS OMISSOS

- 18.1.** Fica estabelecido que, caso venha a ocorrer algum fato não previsto neste instrumento, os chamados casos omissos, estes deverão ser resolvidos entre as partes, respeitados o objeto deste instrumento, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 13.303/2016, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da APPA e, quando for o caso, supletivamente, os princípios e normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, além dos princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA DO FORO

- 19.1.** O Foro para dirimir as dúvidas que venham a ser suscitadas na aplicação do presente instrumento, é o da Comarca de Paranaguá - PR, fazendo, às partes, renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente Contrato que, lido e achado conforme, é assinado em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, pelas partes contratantes, tendo uma via sido arquivada nas dependências da **CONTRATANTE**, com registro de seu extrato.

Assim, por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Paranaguá, 23 de setembro de 2021.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
DIRETOR PRESIDENTE DA APPA

JORGE NACLI NETO
REPRESENTANTE DA CONTRATADA

RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO
REPRESENTANTE DA CONTRATADA

TESTEMUNHA
RG:

TESTEMUNHA
RG:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO I:

CONTRATO DE CONTRAGARANTIA

Aos 23 dias do mês de setembro de 2021, a **ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA-APPA**, constituída sob a forma de empresa pública, vinculada à **SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**, estabelecida em Paranaguá - PR, Avenida Ayrton Senna da Silva, nº 161, Bairro Dom Pedro II, inscrita no CNPJ/MF nº 79.621.439/0001-91, representada neste ato pelo **Diretor Presidente LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA**, Cédula de Identidade nº 44.332.331-8/SP e CPF/MF nº 329.602.648-78, decorrente do **Processo Administrativo protocolo nº 17.757.325-6, Pregão Eletrônico nº. 969/2021-APPA**, devidamente autorizado pelo Diretor Presidente da APPA, em 20 de setembro de 2021, doravante denominada **TOMADOR**, e **JNS SEGURADORA S.A**, estabelecida em Curitiba-PR, Alameda Dom Pedro II, Nº 21, Bairro Batel, CEP: 80.420-060, Fone: (41) 3269-8009, inscrita no CNPJ/MF nº 30.862.594/0001-00, representada neste ato pelo Srs. **JORGE NACLI NETO**, Cédula de Identidade nº. 725.032-0 e CPF nº 185.421.909-04, e **RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO**, RNE: V319427-E e CPF nº. 057.278.867-32, doravante denominada de **SEGURADORA**.

Pelo presente **CONTRATO** e na melhor forma de direito, a **SEGURADORA** e o **TOMADOR** avençam a emissão de APÓLICE(S) e ENDOSSO(S) de Seguro-Garantia Judicial que se regerá(ão) pelas regras e condições estabelecidas na Circular SUSEP nº 477, de 30 de setembro de 2013 e pelas Cláusulas a seguir estabelecidas, que mutuamente aceitam e pelas quais se obrigam:

CLÁUSULA PRIMEIRA

- 1.1. A **SEGURADORA** garantirá as obrigações assumidas pelo **TOMADOR** perante o(s) segurado(s) mediante emissão de apólice(s) e eventual(is) endosso(s) nos quais serão estabelecidas as finalidades, o valor, o prazo e demais condições da cobertura de seguro, de acordo com a(s) obrigação(ões) garantida(s).
 - 1.1.1. A(s) apólice(s) e o(s) endosso(s) poderão ser emitidos mediante solicitação escrita do **TOMADOR**, podendo, entretanto, a **SEGURADORA**, a seu exclusivo critério, negar-se a fazê-lo.

CLÁUSULA SEGUNDA

- 2.1. O **TOMADOR** declara conhecer a extensão e a modalidade de cada APÓLICE e ENDOSSO que vier a solicitar à **SEGURADORA**, estando de pleno acordo que a **SEGURADORA** a preste e a cumpra, tal como nela(s) se contém, independentemente de prévia anuência ou interferência e/ou qualquer formalidade judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA TERCEIRA

- 3.1. O **TOMADOR** obriga-se a:
 - 3.1.1. Enviar à **SEGURADORA**, sempre que solicitado, informações de caráter econômico-financeiro, cadastral, fiscal, e trabalhista, inclusive de suas controladas, controladoras e coligadas, assim como informações sobre o cumprimento das obrigações garantidas;
 - 3.1.2. Apresentar informações exatas à **SEGURADORA**, ao solicitar o seguro, não omitindo qualquer informação sobre a obrigação a ser garantida;
 - 3.1.3. Informar à **SEGURADORA**, antes da emissão da(s) apólice(s) e endosso(s), a existência de pluralidade de garantias para o mesmo objeto segurado, situação em que a **SEGURADORA** participará proporcionalmente;

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 3.1.4. Pagar o prêmio do seguro à SEGURADORA, pelo período total de vigência indicado na(s) apólice(s) e endosso(s);
- 3.1.5. Informar previamente à SEGURADORA qualquer alteração no seu quadro societário e/ou percentual de participação;
- 3.1.6. Manter íntegras e suficientes as garantias oferecidas ao seguro;
- 3.1.7. Entregar à SEGURADORA, assim que solicitadas, especialmente em caso de aviso formal de sinistro, garantias adicionais líquidas ou antecipar o equivalente ao valor da indenização securitária diretamente ao segurado;
- 3.1.8. Ressarcir a SEGURADORA de quaisquer prejuízos e/ou despesas oriundas de avisos formais de sinistro, bem como honorários advocatícios, conforme disposto no artigo 20, §3º do Código de Processo Civil em caso de cobrança judicial;
- 3.1.9. Cumprir todas as obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA

4.1. No caso de parcelamento de prêmio, decorrido o prazo previsto na respectiva parcela sem que este tenha sido efetuado, ocorrerá o vencimento antecipado das demais parcelas, podendo a SEGURADORA recorrer à cobrança do TOMADOR e/ou das garantias eventualmente oferecidas, independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial.

- 4.1.1. Estando a(s) apólice(s) ainda em vigor quando da extinção da garantia, caberá devolução conforme regra estabelecida na apólice, pelo prazo ainda a decorrer, contados da data de comunicação do TOMADOR à SEGURADORA da ocorrência de uma das hipóteses de extinção da garantia previstas na(s) apólice(s).

CLÁUSULA QUINTA

5.1. Ficam estabelecidas as seguintes penas convencionais, sem prejuízo uma das outras e bem assim das demais sanções previstas em Lei:

- 5.1.1. Ocorrendo o inadimplemento de qualquer quantia devida à SEGURADORA, nos termos deste contrato, o débito em atraso ficará sujeito à aplicação do índice de correção monetária INPC, juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados sobre o débito corrigido monetariamente e multa irredutível de 2% (dois por cento) sobre o total devido na forma desta alínea;
- 5.1.2. Em caso de cobrança administrativa, a SEGURADORA fará jus ao reembolso das respectivas despesas e honorários advocatícios, quando houver, desde que devidamente comprovados por esta.

CLÁUSULA SEXTA

6.1. Independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, poderá a SEGURADORA, nos casos abaixo, dar por vencido o presente contrato para exigir do TOMADOR a liberação das obrigações assumidas ou o pagamento imediato de valor equivalente às obrigações assumidas neste contrato:

- 6.1.1. Quando ocorrer declaração inexata de fato material ou omissão de informação materialmente relevante, por parte do TOMADOR, ao solicitar o seguro;
- 6.1.2. Quando a SEGURADORA avaliar que a conduta ou solvência do TOMADOR evidencie incapacidade para cumprir as obrigações contraídas com o(s) segurado(s), principalmente em razão de situação agravada em momento posterior ao da assinatura do presente instrumento;
- 6.1.3. Quando o TOMADOR ou qualquer empresa a ele coligada, por ele controlada ou por ele expressamente indicada, se encontrar em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, ou, ainda, tiver contra si requerimento ou decretação de sua falência;

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 6.1.4. Quando o TOMADOR não cumprir com quaisquer das obrigações decorrentes deste contrato;
- 6.1.5. Quando ocorrer protesto de títulos ou for distribuída qualquer ação contra o TOMADOR, que afete seu patrimônio de forma que não possa(m) cumprir com as obrigações ora contraídas;
- 6.1.6. Se ocorrer mudança no controle societário do TOMADOR, que importem na redução de sua solvência e capacidade de liquidar os compromissos assumidos, sem prévia e expressa anuência da SEGURADORA;
- 6.1.7. Nos demais casos previstos em lei.
- 6.1.7.1. Nos casos acima previstos, poderá a SEGURADORA liquidar junto ao(s) segurado(s), as obrigações do TOMADOR, liberando-se do(s) seguro(s) prestado(s).
- 6.1.7.2. Nas hipóteses previstas nas alíneas desta cláusula, a SEGURADORA poderá ainda, com o intuito de fazer prevalecer seus direitos, iniciar as ações judiciais e extrajudiciais e em especial, solicitar embargos, proibições especiais ou gerais e tantas outras medidas preventivas que julgue necessárias, para as quais o TOMADOR desde já presta sua concordância, ficando entendido que as citadas medidas preventivas serão mantidas enquanto persistir a obrigação da SEGURADORA na(s) apólice(s) e endosso(s) em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA

- 7.1. Paga a indenização, ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo TOMADOR, a SEGURADORA sub-rogar-se-á nos direitos do(s) segurado(s) contra o TOMADOR ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro e/ou rescisão, para haver toda e qualquer despesa ou pagamento que venha a efetuar em decorrência da(s) apólice(s) e do(s) endosso(s) emitidos.
- 7.1.1. O TOMADOR desde já concorda, em caso de sinistro e/ou rescisão, com a sub-rogação da SEGURADORA nos direitos do(s) segurado(s) em relação aos valores existentes, ou que venham existir, referentes aos contratos firmados com o(s) segurado(s), até o limite dos valores despendidos pela SEGURADORA para pagamento da indenização securitária.

CLÁUSULA OITAVA

- 8.1. Caso a SEGURADORA tenha que cumprir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes da(s) apólice(s) e endosso(s), o TOMADOR declara que não exigirá dela nenhuma protelação no pagamento do débito que apresentado pelo(s) SEGURADO(S) credor(es), seja a que título for, nem poderá exigir que ela discuta com o(s) SEGURADO(S) a certeza ou liquidez da dívida.
- 8.1.1. Não obstante o estabelecido nesta Cláusula, a SEGURADORA se reserva o direito de, a seu juízo, fazer ao(s) SEGURADO(S) as reservas e objeções que o TOMADOR considere pertinentes, desde que este lhe comunique em 03 (três) dias úteis a contar da comunicação por escrito que esta emitir.

CLÁUSULA NONA

- 9.1. No que diz respeito às apólices emitidas na modalidade Licitante (Bid) nos casos em que o TOMADOR lograr-se vencedor do certame licitatório, com a consequente assinatura do contrato administrativo, fica desde já convencionado entre as partes que a SEGURADORA não estará obrigada a emitir as apólices de performance as quais o instrumento contratual e/ou o edital determinar(em).

CLÁUSULA DÉCIMA

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

10.1. O TOMADOR pessoa jurídica declara que as obrigações assumidas através deste contrato de forma alguma contradizem as disposições de seu Estatuto Social, ou de outros regulamentos, e declara ainda que tem os poderes necessários para assumir tais obrigações e assume os ônus decorrentes de quaisquer irregularidades.

10.1.1. Caso a assinatura deste instrumento por quaisquer das PARTES contenha vício, ou seja, declarada inválida por qualquer motivo, tal omissão, vício ou invalidade não deverá, a qualquer título, afetar a validade do presente instrumento e as obrigações por ele impostas às PARTES, ficando estas obrigadas na mesma medida que estaria caso a referida omissão, vício ou invalidade inexistisse.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1. A SEGURADORA fica desde já autorizada pelo TOMADOR a emitir apólice(s) e/ou endosso(s) de seguro-garantia que venham ser solicitados pelo TOMADOR:

11.1.1. Quando este participe como consorciado, seja(m) a(s) apólice(s) e endosso(s) de seguro-garantia em nome do consórcio ou do próprio consorciado, visando assegurar a integralidade ou parte destas obrigações, independentemente de liderança no consórcio;

11.1.2. Quando este participe como sócio de sociedade de propósito específico ("SPE"), seja(m) a(s) apólice(s) e endosso(s) de seguro-garantia em nome da SPE ou do sócio, visando assegurar a integralidade ou parte destas obrigações, independentemente do percentual de participação na sociedade; e

11.1.3. Para a(s) empresa(s) na(s) qual(is) o TOMADOR detenha participação societária, direta ou indiretamente, ou outra(s) empresa(s) expressamente indicada(s). A(s) apólice(s) e endosso(s) de seguro-garantia poderão ser emitidos em nome do TOMADOR ou em nome da(s) empresa(s) expressamente indicada(s), visando assegurar a integralidade ou parte da(s) obrigação(ões) assumida(s) pela(s) referida(s) empresa(s).

11.1.3.1. A SEGURADORA poderá utilizar-se deste contrato para reaver qualquer valor referente à emissão e à satisfação pecuniária da(s) apólice(s) e do(s) endosso(s) citado(s) nesta cláusula.

11.1.3.2. Para ausência de dúvidas, as obrigações do TOMADOR assumidas nos termos deste Contrato permanecerão em vigor até a extinção das respectivas garantias, independentemente de qualquer alteração societária, inclusive a alienação da participação societária do TOMADOR deste Contrato nas sociedades mencionadas nas alíneas acima.

11.1.3.3. Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, o TOMADOR fica obrigado a comunicar imediatamente à SEGURADORA, por escrito, qualquer alteração e/ou alienação da participação societária relacionada às alíneas desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12.1. Qualquer omissão ou tolerância por parte da SEGURADORA em exigir o fiel cumprimento das obrigações deste contrato será interpretado como simples ato de tolerância e não constituirá novação, transação ou renúncia, nem afetará o seu direito de exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13.1. O valor deste contrato corresponde ao somatório do(s) valor(es) da(s) apólice(s) e endosso(s) emitido(s) pela SEGURADORA, acrescido(s) de eventual(is) despesa(s), encargo(s) e valor(es) relativo(s) a dano(s) que a SEGURADORA tenha sido condenada a indenizar ao Segurado ou despendido durante a regulação do sinistro, efetuado(s) em decorrência da(s) apólice(s) e endosso(s) emitido(s).

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14.1. O presente contrato compromete os sucessores do TOMADOR, até o cumprimento integral da obrigação originária garantida pela(s) apólice(s) e eventual(is) endosso(s) emitido(s).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15.1. Exclusivamente para apólices e eventuais endossos emitidos nas modalidades administrativo de créditos tributários, aduaneiro, judicial, judicial para execução fiscal e parcelamento administrativo fiscal, inclusive para atendimento das disposições da Portaria PGFN n.º 164/2014 ou outro normativo que venha a sucedê-la, bem como normativos estaduais similares, fica acordado que o sinistro caracterizar-se-á no momento em que a SEGURADORA recepcionar o aviso formal expedido pelo Segurado, determinando o pagamento da importância segurada. Deste aviso, a SEGURADORA dará ciência ao TOMADOR por qualquer dos meios indicados no parágrafo 1º infra, direcionada à(s) pessoa(s) por ele indicada(s).

15.1.1. Qualquer aviso, notificação, solicitação ou comunicação, relativa ao presente Contrato deverá ser enviada para os endereços indicados a seguir, por meio de: (i) carta registrada, com comprovante de recebimento; ou (ii) fax, com prova de transmissão; ou (iii) entrega pessoal, com protocolo assinado pelo próprio destinatário ou, na sua ausência, por representante legal devidamente indicado; ou (iv) meio eletrônico, com comprovante de entrega ao destinatário.

(a) No caso do **TOMADOR**:

Att: Xxx
Rua: Xxx
Tel.(xx) xxxx.xxxx
Fax (xx) xxxx.xxxx
Endereço eletrônico: xxx

(b) No caso da **SEGURADORA**:

Att: Diretor e/ou Superintendente
Rua: Xxxx
Tel.(xx) xxxx.xxxx
Fax (xx) xxxx.xxxx
Endereço eletrônico: xxx

15.1.2. Caso seja modificado qualquer dos dados do(s) representante(s) indicado(s) no Parágrafo 1º acima, a parte que promover a alteração deverá comunicar imediatamente à outra, por escrito, sob pena de que a correspondência enviada com base nos dados desatualizados seja considerada válida, inclusive para todos os fins de pagamento, citação inicial, notificação extrajudicial (na forma do artigo 160 e §§ da Lei n.º 6.015/1973), intimação e/ou ciência originados de atos administrativos ou judiciais, consoante os termos deste Contrato.

15.1.3. O TOMADOR, em toda e qualquer hipótese de caracterização de sinistro, deverá efetuar o pagamento da quantia até 72 (setenta e duas) horas antes do prazo determinado pelo Segurado para o efetivo pagamento, conforme correspondência eletrônica expedida pela SEGURADORA. A obrigação de pagamento é de responsabilidade do TOMADOR, motivo pelo qual referido pagamento deverá ser sempre espontâneo.

15.1.4. Em caso de descumprimento ao disposto no Parágrafo 3º desta cláusula, o TOMADOR estará obrigado a efetuar o ressarcimento do valor oferecido pela SEGURADORA ao Segurado no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento de notificação

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

extrajudicial por ela enviada. Em caso de descumprimento desta obrigação pelo TOMADOR, ficará caracterizada sua inadimplência, independentemente de qualquer outra formalidade, podendo a SEGURADORA utilizar-se das medidas judiciais cabíveis para o imediato e completo reembolso do valor que houver dispendido.

- 15.1.5. Fica estabelecido e acordado que a SEGURADORA terá a faculdade de informar ao TOMADOR, com a antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de final de vigência da(s) apólice(s) e/ou eventual(is) endosso(s), através de um dos meios descritos no Parágrafo 1º, o não interesse pela renovação da garantia prestada. Nesta hipótese, o TOMADOR terá 60 (sessenta) dias para antecipar à SEGURADORA o valor correspondente à importância segurada ou, alternativamente, substituir o seguro por outra garantia idônea e aceita pelo Segurado, sob pena de, não o fazendo, ter caracterizada sua inadimplência, independentemente de qualquer outra formalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16.1. A SEGURADORA se obriga a não transferir a terceiros, exceto terceiros relacionados à operação tais como todo o mercado ressegurador, empresas de digitalização, funcionários terceirizados, as informações tecnológicas e/ou confidenciais de propriedade do TOMADOR que lhe forem repassadas.

- 16.1.1. Somente se admitirá como motivos de exceção à obrigatoriedade do sigilo e da confidencialidade, na ocorrência das seguintes hipóteses:
- 16.1.1.1. A informação já era conhecida pela SEGURADORA anteriormente à efetivação de relação comercial entre as PARTES;
 - 16.1.1.2. Houver prévia e expressa anuência do TOMADOR, da liberação da obrigação de sigilo e confidencialidade;
 - 16.1.1.3. A informação foi comprovadamente conhecida por outra fonte, de forma legal e legítima, independente da relação comercial mantida entre as PARTES;
 - 16.1.1.4. Determinação judicial e/ou das autoridades competentes para conhecimento destas informações;
 - 16.1.1.5. A informação não marcada como “confidencial”;
 - 16.1.1.6. A informação consta de documentos de conhecimento público, como escrituras públicas, publicações na imprensa, informações prestadas por órgãos da administração pública direta ou indireta ou de autos de processos judiciais ou procedimentos administrativos.
- 16.1.2. No caso de violação comprovada desta cláusula, a SEGURADORA estará sujeita a todas as sanções e penalidades previstas na legislação brasileira.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17.1. Este contrato vigorará por prazo indeterminado e permanecerá vigente até que sejam cumpridas todas as obrigações do TOMADOR garantidas pela SEGURADORA através da(s) apólice(s) e endosso(s).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18.1. As partes elegem o foro central da Comarca de Paranaguá/PR para dirimir qualquer dúvida ou questão resultante deste instrumento, com expressa renúncia a outro, por mais privilegiado que seja.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Paranaguá, 23 de setembro 2021.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
DIRETOR PRESIDENTE DA APPA

JORGE NACLI NETO
REPRESENTANTE DA SEGURADORA

RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO
REPRESENTANTE DA SEGURADORA

TESTEMUNHA
RG:

TESTEMUNHA
RG: